

CEDI - P. I. B.
DATA 07/01/88
COD. F1000059

1. Administração Regional da Funai

1.1 No início de 1986 a Funai foi reestruturada com vistas à descentralização administrativa. O objetivo declarado era criar superintendências regionais de forma a diminuir o volume de questões que sobrecarregavam o órgão em Brasília e com isso agilizar os serviços de assistência ao índio.

A medida foi recebida com bastante desconfiança por índios, antropólogos, indigenistas, associações de apoio ao índio etc, que temiam a regionalização da Funai e a decorrente subordinação da política indigenista a interesses políticos e econômicos regionais ou estaduais que, na maioria das áreas, são notadamente anti-indígenas.

Apesar dos protestos, a medida foi efetivada, instalando-se seis superintendências regionais, abrangendo amplas áreas, em substituição às delegacias. Com isso, a 14ª Delegacia Regional do Acre tornou-se a Administração Regional de Rio Branco (ADR-RBC), subordinada administrativamente a Manaus.

Do ponto de vista dos programas PMACI I e II, a mudança criou mais uma instância burocrática, que pode tornar ainda mais lenta a tomada de decisões por parte da Funai. Se anteriormente as ações definidas na sede do órgão em Brasília eram comunicadas diretamente às delegacias regionais (1ª, 8ª e 14ª), agora elas são recebidas pela Superintendência de Manaus e retransmitidas aos escritórios regionais.

Já é possível prever a ocorrência de dificuldades de comunicação, mesmo porque o centro de decisão ainda é Brasília, não só por abrigar a sede dos principais órgãos federais que participam do PMACI I e II, como pela distância e dificuldade de

transporte entre Manaus e as áreas de atuação. A isso, somam-se as deficiências da Funai anteriores à reestruturação e que até agora não parecem ter sido sanadas.

1.2 Como foi registrado no relatório de outubro de 1985, as instalações da Funai em Rio Branco são bastante simples e em certos setores insatisfatórias. Em outubro de 1986, a sede da administração já havia sido instalada em novo prédio, melhor que o anterior. Mas a Casa do Índio permanecia ainda no mesmo local inadequado e, mais grave, nada foi feito para a instalação de uma enfermaria que, da perspectiva da assistência aos índios, deveria ter merecido absoluta prioridade.

Segundo informações do administrador, Antonio Pereira Neto, o orçamento, de cerca de Cz\$ 280.000,00 mensais para cobrir todas as despesas, é insuficiente para atender 36 áreas indígenas, Sede da administração e Casa do Índio. Se efetivamente esse é o total recebido por Rio Branco, que tem uma folha de pagamento de servidores de cerca de Cz\$ 278.900,00, não há forma de cobrir despesas com medicamentos, fretamento de aeronaves, conserto de viaturas, reposição de material e peças etc. Acreditamos, portanto, que deva ter havido engano na informação do administrador, posto que temos em mão os dados relativos à folha de pagamento.

De qualquer forma a situação é preocupante, mesmo por que há necessidade de uma infra-estrutura razoavelmente sólida para a implantação do PMACI na área.

O plano de assistência e proteção, enviado à Funai / Brasília em 1985 pela então 14ª DR do Acre, foi apenas parcialmente atendido, sem entretanto viabilizar a instalação de postos e a fixação de técnicos indigenistas em cidades da região (v. Relatório da Viagem a Rio Branco de 17 a 20 de outubro de 1985).

Por outro lado, o número de servidores praticamente duplicou. Até 7/5/86, 46 servidores estavam lotados nessa ADR; em 7/10/86, esse total elevou-se para 79, assim distribuídos :

Sede da ADR-RBR	23 (30%~)
Casa do Índio/Rio Branco	13 (16%~)
Áreas e Postos Indígenas.....	43 (54%~)

Houve um acréscimo de 10 funcionários na Sede e de 3 na Casa do Índio. Os postos e áreas indígenas, que contavam com 19 funcionários, passaram a ter 43, sendo que 30 deles para ampliar o quadro já existente e os 13 demais em novos postos ou áreas.

As novas contratações distribuíram-se aproximadamente pelos seguintes serviços :

Administração	28%~
Indigenismo	16%~
Saude	32%~
Ensino	24%~

Merece atenção o número significativo de contratações que inclui 7 monitores bilingüe e 9 monitores de saúde, boa parte dos quais indígena. Somente com o decorrer do tempo poderá ser avaliada concretamente as consequências da incorporação de membros das comunidades indígenas nos quadros da Funai.

Em outras áreas do país essa prática tem resultado, via de regra, no enfraquecimento da autonomia comunitária e muitas vezes na identificação forte dos funcionários-índios com a política indigenista oficial em detrimento dos interesses indígenas.

76
Como a mobilização indígena no Acre tem características próprias, o processo precisa ser acompanhado durante alguns anos antes de uma avaliação final.

1.3 Embora o PMACI II não tenha ainda estabelecido um plano de saúde para os grupos indígenas dessa administração, é importante uma avaliação da situação atual.

Os serviços de saúde, tanto preventivos como curativos, são precários. Consultas e internamentos são feitos no Hospital de Base de Rio Branco.

O plano da antiga 14ª DR de fixar técnicos indígenas em cidades da região visava descentralizar em especial os serviços de saúde, de modo a remover para Rio Branco apenas o caso mais graves. Se isso tivesse sido efetivado, o atendimento regional seria melhorado, ao mesmo tempo em que haveria redução das despesas com fretamento de avião usado para transportar enfermos que, em certas ocasiões, poderiam ser encaminhados aos serviços do INAMPS das cidades do interior.

Como o plano não se concretizou, torna-se inadiável a instalação de uma enfermaria na Casa do Índio em Rio Branco ou em suas proximidades. É preciso insistir nesse ponto, pois a situação de saúde tende a se agravar, a exemplo do que vem ocorrendo em outras áreas do país, especialmente em Rondônia e Pará.

Segundo a imprensa de Manaus (A Notícia, 11/10/86), na região amazônica concentra-se 96,6% dos 398 mil casos de malária registrados no ano passado no Brasil. Os dois grandes focos da doença são Pará e Rondônia, responsáveis por 50% dos casos de toda a Amazônia. Rondônia tem apresentado números alarmantes: 168 mil casos, dos quais 70% em apenas 5 de seus municípios. É grande pois o perigo da área exportar a doença para o Acre e Amazonas, na medida em que se intensificar o fluxo migratório.

88 A Funai deve ser alertada para que aloque recursos em serviços prioritários.

1.4 A situação atual das demarcações é a seguinte :

a) demarcações anteriores ao PMACI:

- * Boca do Acre I
- * Rio Gregório
- * Kaxinauá Colônia 27

b) demarcações realizadas pelo PMACI:

(áreas decretadas e demarcadas em 1985)

- * Mamoadate
- * Campinas
- * Rio Jordão
- * Rio Humaitá

(áreas demarcadas aguardando decreto-1985)

- * Camicuã
- * Nukini

c) áreas decretadas e ainda não demarcadas:

- * Igarapé do Caucho - em demarcação desde o início de outubro
- * Boca do Acre II - demarcação a ser iniciada em 5/11~
- * Katukina-Kaxinauá - processo de demarcação interrompido por motivo de doença do topógrafo
- * Caititu
- * Nova Olinda
- * Caçau do Tarauacá
- * Kulina do Envira - a serem demarcadas pelo Exército , segundo informação da Funai. Processo em atraso.

d) Áreas programadas para serem demarcadas em 1986, que estão com parecer favorável do GT, aguardando decreto :

- * Poyanawa
- * Kulina do Médio Juruá
- * Apurinã km 124
- * Jaminawa

e) Áreas programadas para serem demarcadas em 1986, ainda sem aprovação do GT :

- * Alto Purus
- * Kampa do rio Amônia
- * Igarapé Humaitá
- * Kampa do rio Envira
- * Paumari
- * Jaminawa/Arara

1.5 Regularização Fundiária 1986

a) registro em cartório imobiliário e em andamento o registro no SPU :

- * Colonia27
- * Rio Gregório

b) em processo de registro em cartório imobiliário :

- * Mamoadate
- * Humaitá

c) em processo de indenização dos ocupantes não-indios :

- * Boca do Acre
- * Caititu

d) restam 19 áreas a serem regularizadas ainda em 1986.

8

2. Implantação do PMACI II

2.1 O plano para o levantamento das necessidades dos grupos indígenas (PMACI II) teve seu início bastante retardado. Elaborado no final de 1985, o estudo visava um contacto mais estreito com a situação de vida de cerca de 39 grupos indígenas distribuídos em 60 áreas. Até setembro de 1986 dever-se-ia ter um diagnóstico da situação para a imediata adoção de medidas de proteção, face ao aceleramento das obras da BR-364.

Diversos entraves burocráticos dificultaram o início dos trabalhos e somente na segunda semana de outubro de 1986 as primeiras equipes seguiram para campo.

A partir de setembro, três antropólogas do IPEA/PMACI elaboraram um texto básico destinado a orientar os debates e fornecer instruções aos componentes dos grupos de trabalho de campo (v. Orientação Preliminar para a Identificação de Áreas Indígenas PMACI II, 27/9/86, IPEA/BRASILIA).

O documento, de excelente qualidade, centra-se nas questões relativas à identificação do território indígena e contém informações seguras sobre procedimentos e cuidados a serem observados nesse complexo trabalho. Indica ainda como se proceder ao levantamento das necessidades das comunidades, que inclui plano de controle de invasões e de assistência.

De 6 a 10 de outubro, em Rio Branco/AC, teve início o encontro com os componentes das três primeiras equipes, cuja composição segue anexa. Esse treinamento inaugurou uma nova e fecunda modalidade de enfoque das questões indígenas. Não só foram esclarecidas dúvidas, como buscou-se transmitir e reafirmar ao grupo o significado e a importância do trabalho a ser realizado.

Com isso, teve início a primeira etapa de campo do PMACI II, que abrange cerca de 27 áreas indígenas, distribuídas pelos municípios de Boca do Acre, Pauini, Lábrea e Tapauá, no Estado do Amazonas.

A administração da Funai em Rio Branco deu o apoio necessário aos trabalhos, que foram coordenados pelo pessoal do IPEA. Lamenta-se apenas a ausência do médico indicado pela Superintendência de Manaus, que não compareceu ao encontro. Espera-se suprir a lacuna com urgência, enviando-se outro profissional a ser indicado pelo IPEA e que deverá percorrer pontos selecionados das áreas em estudo. Nesse sentido, é importante que o médico escolhido tenha experiência em medicina tropical e áreas afins, de forma a se garantir o êxito do levantamento de saúde.

3. Recomendações

- a) Levantamento dos recursos (orçamentários e extra-orçamentários) destinados às administrações regionais envolvidas no PMACI, em especial à de Rio Branco. Se o orçamento for insuficiente para assegurar a assistência regular aos índios, os recursos do PMACI podem correr o risco de serem canalizados para finalidades não previstas no plano. O IPEA deve se opor a substituições de uso dos recursos, que já têm destinação definida.
- b) Necessidade de comunicação mais efetiva entre a Superintendência de Manaus e as administrações regionais.
- c) Verificar junto à Funai/Brasília as razões do atraso das demarcações programadas para este ano, em especial aquelas que estariam a cargo do Exército (Caititu, Nova Olinda, Cacau do Tarauacá e Kulina do Envira).

De acordo com o administrador de Rio Branco, essas áreas não estão em região de tensão e poderiam ser demarcadas por licitação em Rio Branco, a custo menor.

- d) Solicitar à Funai a aceleração do programa de regularização fundiária prevista para 1986.
- e) Necessidade de agilizar convênio IPEA/FUNAI, onde fique estabelecido com clareza o âmbito de atuação e as respectivas responsabilidades.
- f) Necessidade da agilização dos trabalhos do IPEA, de modo a :
- * firmar com urgência convênio com instituição ou profissional médico para dar início aos trabalhos de campo na área de saúde, junto às equipes 1, 2 e 3.
 - * providenciar a regularização da situação funcional das antropólogas Maria Auxiliadora da Cruz de Sá Leão, Isa Maria Pacheco Rogedo e Ana Maria Carvalho Ribeiro Lange, para que não haja solução de continuidade do PMACI.
 - * providenciar a contratação do desenhista indicado pelo Dr. Áureo Faleiros, para que possa ser iniciado o tratamento gráfico da situação das áreas indígenas.
 - * Tomar providências para a contratação de uma consultoria jurídica junto ao PMACI.
 - * Recomenda-se ainda que, além das diárias, a equipe do IPEA receba recursos para deslocamentos nas cidades e áreas, o que inclui fretamento de aeronaves, viaturas, barcos etc, para agilizar o trabalho de acompanhamento. São igualmente necessários recursos para despesas variadas, como cópias de documentos e textos localizados na área de atuação do plano, a serem incorporados ao acervo da documentação do IPEA.

Essas providências recomendadas certamente permitirão melhor andamento dos trabalhos tanto nas áreas como em Brasília.

4. Resumo das atividades em Rio Branco, de 6 a 11 de outubro/1986

6/10

- * Chegada a Rio Branco e início imediato de uma reunião na sede da administração local com seu responsável, Antonio Pereira Neto e o funcionário engenheiro topógrafo, Erasmo Belucci. Tema: andamento das demarcações e regularizações fundiárias.
- * Às 16,30h, reunião no auditório da Sudhevea com os membros das equipes e demais interessados. Presentes 31 pessoas : representantes da Funai, Cimi, Ipea, Incra, Iteram, Uni , diversos técnicos, monitores bilingüe e de saúde etc. Tema: explicações preliminares sobre a importância do estudo das áreas indígenas a serem visitadas. Distribuição do texto elaborado pelas antropólogas do IPEA. Esclarecimentos gerais sobre o PMACI I eII.

7/10

- * 8,30h- redefinição das equipes (grupos de trabalho) e melhor distribuição das áreas a serem estudadas, de acordo com o parecer de representantes do Cimi que atuam há vários anos no Amazonas. Incorporação de um representante da UNI em cada equipe, aprovada por todos. Com a participação desses índios fica ampliado o diálogo com um segmento importante dos povos indígenas do Brasil.
- * 14,30 h - Debate sobre o texto das antropólogas do IPEA. Estabelecimento do cronograma de trabalho das equipes. Reunião com a equipe 3 (Portaria da Funai 1349) para definição do itinerário.

8/10

- * 8,00 h - Reunião com a equipe 1 (Port. 1347) para esclarecimentos e definição do roteiro de viagem.

* 10,00 h - Reunião com a equipe 2 (Port.1348) com o mesmo objetivo.

* 15,00-18,00 h - Plantão do técnicos do IPEA para atender dúvidas específicas de membros das três equipes.

9/10

* 9,00 h - coleta de dados na Funai/Rio Branco

* 15,00 h - visita à Seplam/Acre

* 16,00 h - reunião com indigenistas no auditório da Sudhevea sobre a formação das equipes futuras.

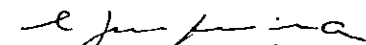
10/10

* 8,00-12,00- última reunião com as equipes para distribuição de textos auxiliares ao trabalho, referentes ao levantamento de dados essenciais e imemorialidade de terras indígenas.

* 15,00 h - visita à Fundação Cultural do Acre (Secretaria da Cultura) e encontro com participantes do 12º Forum Nacional de Secretários de Cultura.

11/10 - Retorno a São Paulo.

outubro/1986 .


Carmen Junqueira
Consultora IPEA

GRUPO DE TRABALHO, COMISSÃO PERMANENTE DE PLANEJAMENTO

EQUIPE Nº 3

- ÁREAS INDÍGENAS A SEREM IDENTIFICADAS:
- 1 - Iurdes
 - 2 - Capana
 - 3 - Kirema
 - 4 - Inauini
 - 5 - Teuini
 - 6 - Camicuã
 - 7 - Boca do Acre
 - 8 - Apurinã de 1984
 - 9 - Monte

MUNICÍPIOS: Boca do Acre e Pauini-AM

COMPOSTO PELOS SERVIDORES:

- 1 - Maria de Fátima Henrique de Almeida - Téc. Ind. ADR-RBR
- 2 - Ismael Viriato de Souza - Engº Agrônomo INCRA SR-14 R. Bco.
- 3 - Josemar Araújo Andrade - Téc. Agrícola 5ª SUER - Manaus-AM
- 4 - Edemilson Rabelo Cordêiro - ITERAM - Manaus-AM
- 5 - Argemiro Hernandez Alves - Téc. Agrícola S. R. Manaus-AM
- 6 - Irmã Marina Célia Vasconcelos - CIMI-AC
- 7 - Eunice Pereira da Silva - CIMI-AC
- 8 - Edson Vieira da Silva - UNI -AC

OBS: O servidor 1 - é o Coordenador dos trabalhos.

GRUPO DE TRABALHO, CONSTITUÍDO PARA O ESTUDO DE

EQUIPE Nº 2

- ÁREAS INDÍGENAS A SEREM IDENTIFICADAS:
- 1 - Memoriazinho
 - 2 - Jarawara
 - 3 - Paumari do Tapauá
 - 4 - Paumari do Lago Marã
 - 5 - Banawa-Yati
 - 6 - Marimã
 - 7 - Zuriahá

MUNICÍPIOS: Labrea e Tapauá - AM

COMPOSTO PELOS SERVIDORES:

- 1 - Rita de Cássia Souza Félix - Antropóloga 5ª SUER - Manaus-AM
- 2 - Guerino de Resende Siviero - Geógrafo 5ª SUER - Manaus-AM
- 3 - Idelfonso de Souza Cavalcante - Téc. Agrícola 5ª SUER - Manaus-AM
- 4 - Alberico Lima de Oliveira - LTERAM - Manaus-AM
- 5 - Daniel Magalhães de Melo Filho - Téc. Agrícola INCRA - Manaus-AM
- 6 - Guenter Francisco Loebens - Ind. CIMI - Manaus-AM
- 7 - Gunter Kroemer - Ind. CIMI - Manaus-AM
- 8 - Divaldo Lima da Silva - UNI-AC

OBS: Guenter Francisco Loebens, integrará a Equipe apenas por 30 (trinta) dias,

- O servidor 1, é o Coordenador dos trabalhos

GRUPO DE TRABALHO, CONSTITUÍDO EM 11/03/85

EQUIPE Nº 1

- ÁREAS INDÍGENAS A SEREM IDENTIFICADAS:
- 1 - Marienê
 - 2 - Seruini
 - 3 - Mamoriá
 - 4 - Inari/Catipari
 - 5 - Agua Preta
 - 6 - Peneri
 - 7 - Tacaquiri
 - 8 - Acimã
 - 9 - Tumiã
 - 10 - Sapatini
 - 11 - Alto Sapatini

MUNICÍPIOS:- Boca do Acre, Pauini e Labrea-AM

COMPOSTO PELOS SERVIDORES:

- 1 - Wagner Antonio de Oliveira - Antropólogo 5ª SUER - Manaus-AM
- 2 - José Aureo do Carmo Castro - Téc. Ind. ADR/RBR
- 3 - Antonio Pádua de Araújo Guerra - Téc. Agrícola 5ª SUER Manaus-AM
- 4 - Paulo Cezar Levy de Carvalho - ITERAM - Manaus-AM
- 5 - Irany Alves de Almeida - Téc. Agrícola - INCRA - S.R. Manaus-AM
- 6 - Denise Regina Garrafiel - Socióloga - OPAN
- 7 - Francisco Avelino Batista - UNI - AC
- 8 - Silvio José Bonoto - Ind. - CIMI - Manaus-AM

OBS: O servidor 1, é o Coordenador dos trabalhos.


São Paulo, 14 de outubro de 1986

Senhor Coordenador

Tenho a satisfação de encaminhar a V.S. o Relatório da Consultoria Antropológica (PMACI I e II) / outubro de 1986.

Fico à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Muito atentiosamente


Carmén Junqueira
Consultora do GT-PMACI

Ilmo. Sr.
Dr. Dagoberto Koehntopp
M.D. Coordenador do PMACI/IPLAN
Ed. BNDES - 16º andar s/06
70076 - BRASÍLIA, DF